



**Governo do Estado de São Paulo**  
Controladoria Geral do Estado  
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público

**Despacho**

**Assunto:** DECISÃO CGE-CODUSP/LAI 00187/2023

**Número de referência:** PROTOCOLO SIC Nº [REDACTED]

**SECRETARIA:** Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação

**UNIDADE:** Centro Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza" - CEETEPS

**ASSUNTO:** Pedido de informação formulado por [REDACTED]

**EMENTA:** Pedido de informação sobre quem foi designado pela autarquia como administrador local do SPDOC. Demanda não atendida. Provimento.

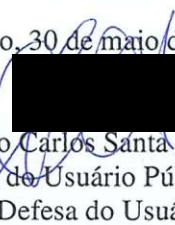
**DECISÃO CGE-CODUSP/LAI Nº 00187/2023**

1. Trata o presente expediente de pedido formulado ao Centro Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza" - CEETEPS, conforme consta do protocolo SIC e ementa em epígrafe.
2. Em resposta e em recurso a autarquia informou que o pedido formulado não seria respondido com base nos Pareceres CJ/CEETEPS nº 88/2021 e CJ/CEETEPS 222/2022, que foram elaborados após consulta realizada junto à Consultoria Jurídica do órgão, em virtude das demandas protocoladas de forma reiterada pelo Senhor Danilo Antônio Amaral, que concluíram que há abuso de direito consubstanciado no excesso de petição do demandante, justificando, assim, o não atendimento dos pedidos protocolados por ele ou por terceiros e isentando a administração de respondê-los. Inconformada, a solicitante apresentou o presente apelo revisional, cabível a esta Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público da Controladoria Geral do Estado, nos termos do artigo 27, incisos II e VII, do Decreto nº 66.850, de 15 de junho de 2022.
3. Instado a se manifestar o ente reiterou a resposta fornecida inicialmente: "*cumpre-nos informar a impossibilidade de atendimento, nos termos dos pareceres exarados pela Consultoria Jurídica da Autarquia, já de conhecimento dessa r. SIC - CODUSP - CGE.*"
4. No caso concreto em análise, verifica-se que o órgão não disponibilizou as informações requeridas e ao indicar as razões para recusa alegou que o pedido em questão se enquadra nas hipóteses versadas nos pareceres indicados pela Consultoria Jurídica do CEETEPS, contudo, observa-se que não se trata de um pedido realizado de forma recorrente.
5. Considerando a falta de atendimento aos procedimentos definidos nas normas de acesso à informação, **conheço do recurso**, e no mérito, **dou provimento**, com fundamento no artigo 11, § 1º, II e III, da Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 e no artigo 20, I, do Decreto nº 58.052, de 16 de maio de 2012.
6. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, dando-se ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 10 (dez) dias, arquivem-se os autos.



**Governo do Estado de São Paulo**  
Controladoria Geral do Estado  
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público

São Paulo, 30 de maio de 2023.

  
Antonio Carlos Santa Izabel  
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público - Corregedor Coordenadoria de  
Ouvidoria e Defesa do Usuário Público